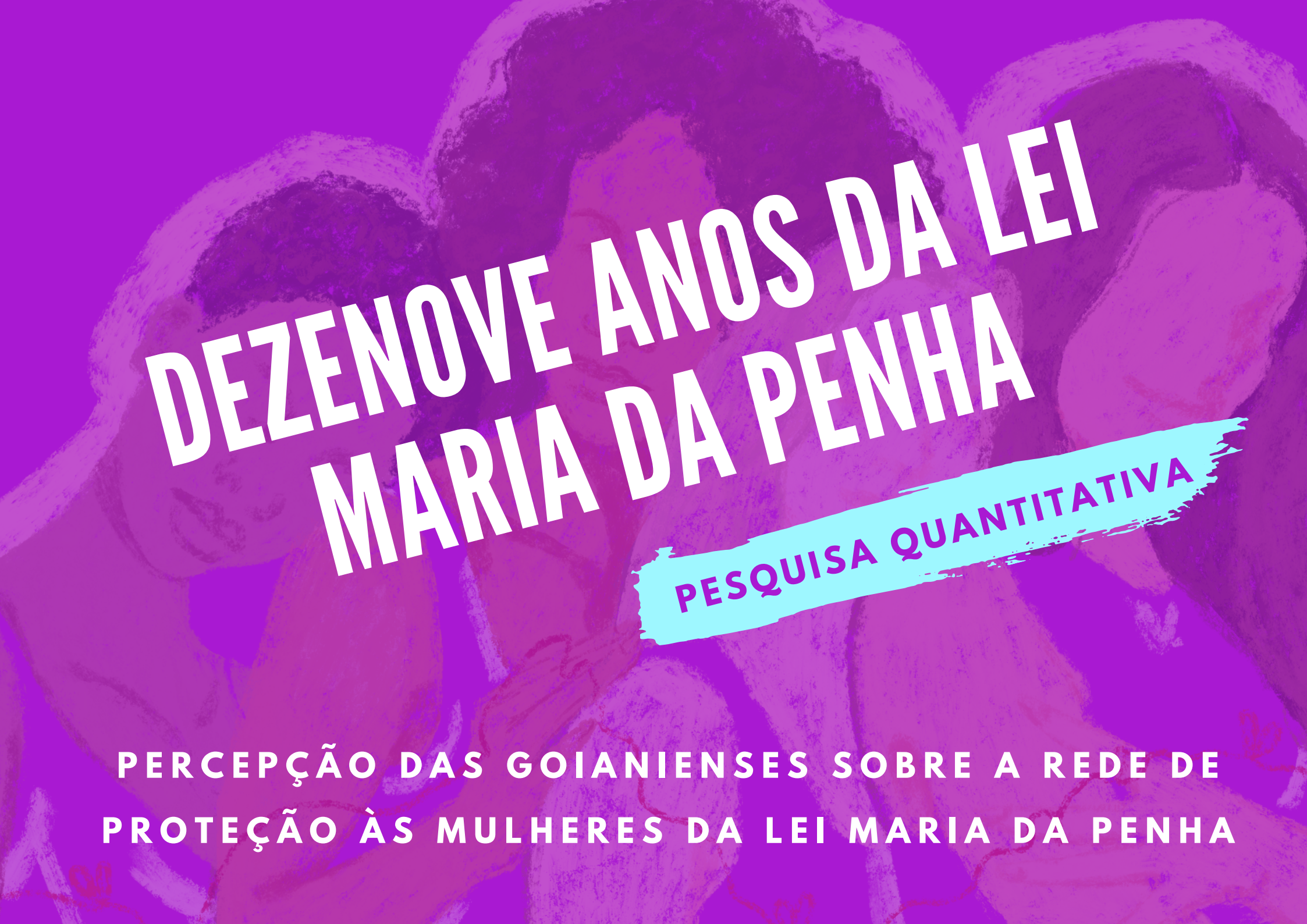




DEZENOVE ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

PESQUISA QUANTITATIVA

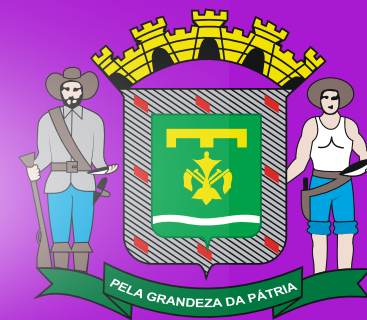
PERCEPÇÃO DAS GOIANIENSES SOBRE A REDE DE
PROTEÇÃO ÀS MULHERES DA LEI MARIA DA PENHA

PESQUISA “MULHERES E BEM VIVER” FINANCIADA COM RECURSOS

**DA EMENDA PARLAMENTAR
INDIVIDUAL 316/2023
VEREADOR MAURO RUBEM**



**ARTICULAÇÃO DE
MULHERES
BRASILEIRAS**



Pesquisa Quantitativa

Percepção das Goianienses sobre a Rede de Proteção às Mulheres da Lei Maria da Penha

Agosto/2025

APRESENTAÇÃO



A “PRÁXIS” apresenta os principais resultados da Pesquisa Quantitativa “Percepção das Goianienses sobre a Rede de Proteção às Mulheres da Lei Maria da Penha.”



O estudo objetiva analisar as percepções das mulheres goianienses sobre a violência doméstica e familiar, com mensuração de informações e a avaliação de serviços e de equipamentos da Lei Maria da Penha.

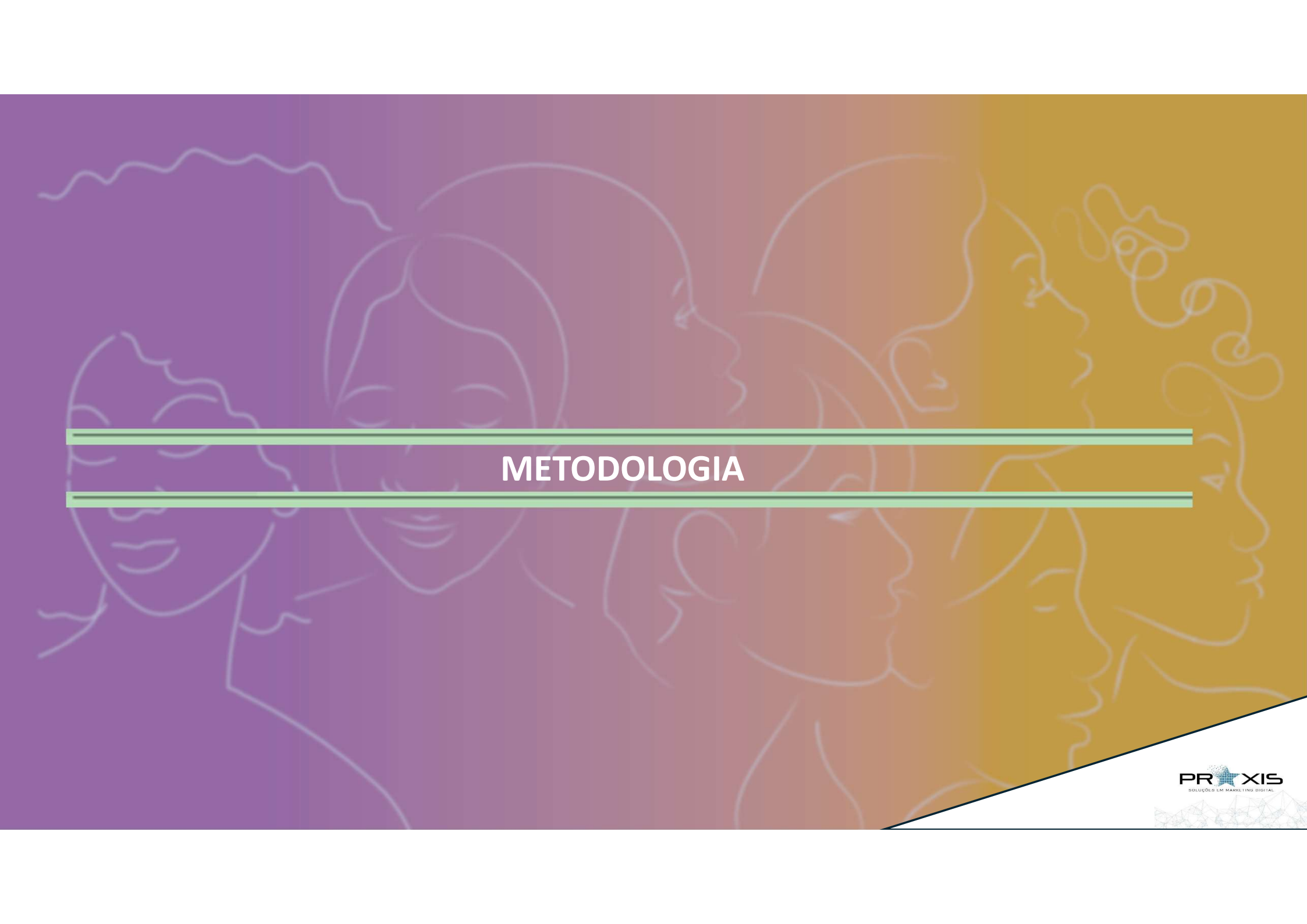


Os resultados estão expostos abaixo em cinco sessões, com dados e apontamentos analíticos gerais e segmentadas acerca da temática de mulheres residentes em Goiânia.

ÍNDICE

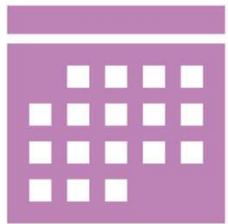
METODOLOGIA	p. 4
-------------	------

1	RESPEITO ÀS MULHERES NO BRASIL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	p. 7
2	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E DENÚNCIAS ÀS AUTORIDADES	p. 12
3	LEI MARIA DA PENHA: CONHECIMENTO, INFORMAÇÕES E CONFIANÇA	p. 17
4	LEI MARIA DA PENHA: EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E MEDIDA PROTETIVA	p. 24
5	LEI MARIA DA PENHA: SUGESTÕES E POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO	p. 30



METODOLOGIA

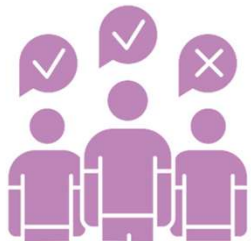
DIRETOR DE PESQUISA: Marcello Soldan Garbelim –
Cientista Social, Mestre em Sociologia e Doutor em Geografia



COLETA DE DADOS: 16/02 a 19/02/2025
TABULAÇÃO DOS DADOS: 17/02 e 22/02/2025
ANÁLISE DOS DADOS: 18/02 a 23/02/2025
EDIÇÃO DO RELATÓRIO: 19/09 a 26/02/2025
EDIÇÃO DA APRESENTAÇÃO: 15/07 a 31/07



TÉCNICA DE COLETA DE DADOS: *Survey*
LOCAL DE COLETA: Residencial e Fluxo
INSTRUMENTO DE COLETA: Formulário Eletrônico preenchido
por pesquisadora de campo.
POPULAÇÃO OBJETO: Moradoras de Goiânia acima de 16 anos



TIPO DE AMOSTRA: Amostra Aleatória Simples; Cotas
TAMANHO DA AMOSTRA: 547 questionários
ERRO AMOSTRAL: +- 4,2%
INTERVALO DE CONFIANÇA: 95%

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Região de Goiânia	
Central-Campinas	19,38%
Leste	13,35%
Noroeste	13,16%
Norte	10,97%
Oeste	10,79%
Sudoeste	13,53%
Sul	18,83%
Total geral	100,00%

Faixa etária	
16 a 24 anos	18,28%
25 a 34 anos	23,22%
35 a 44 anos	20,11%
45 a 59 anos	21,39%
60 anos ou mais	17,00%
Total geral	100,00%

Renda Familiar	
Até 2 Salários-Mínimos	31,08%
2 a 3 Salários-Mínimos	27,79%
3 a 5 Salários-Mínimos	27,97%
5 a 10 Salários-Mínimos	10,97%
Mais de 10 Salários-Mínimos	2,19%
Total geral	100,00%

Escolaridade	
Não estudou	1,83%
Ensino Fundamental Completo	17,00%
Ensino Fundamental Incompleto	14,81%
Ensino Médio Completo	26,87%
Ensino Médio Incompleto	15,36%
Superior Incompleto	9,87%
Superior Completo	10,42%
Pós-Graduação	3,84%
Total geral	100,00%

Religião	
Católica	41,32%
Evangélica	41,32%
Outra ou sem religião	17,37%
Total geral	100,00%

Cor/raça	
Negras	54,66%
Branças	45,34%
Total geral	100,00%

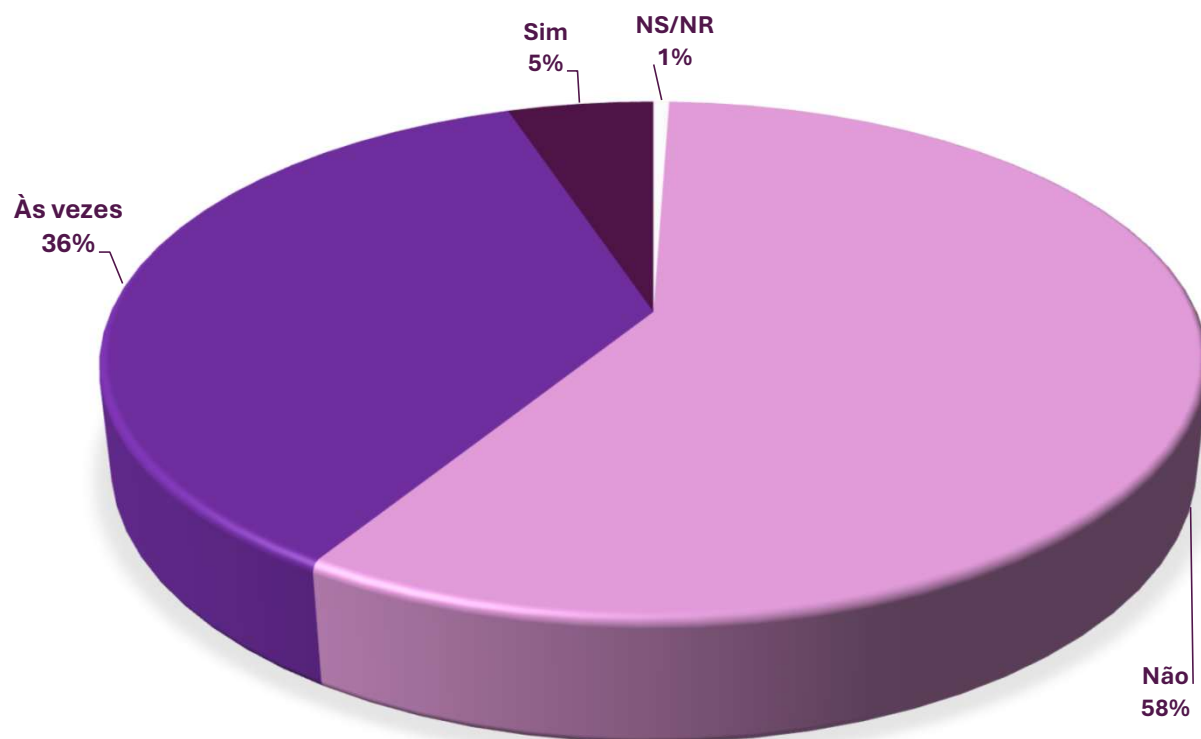
Filhos(as)	
Sim	73,67%
Não	26,33%
Total geral	100,00%



1

RESPEITO ÀS MULHERES NO BRASIL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

AS MULHERES SÃO TRATADAS COM RESPEITO NO BRASIL?



Para as goianienses, as mulheres ou não são ou apenas as vezes são tratadas com respeito no Brasil.

Apenas 5% consideram que a população feminino recebem tratamento respeitoso no país.

Percepção semelhante à observada na 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (Data Senado, 2023), onde apenas 7% das mulheres brasileiras sentem que são tratadas com respeito no Brasil.

As mulheres são tratadas com respeito no Brasil?
– Renda familiar mensal:

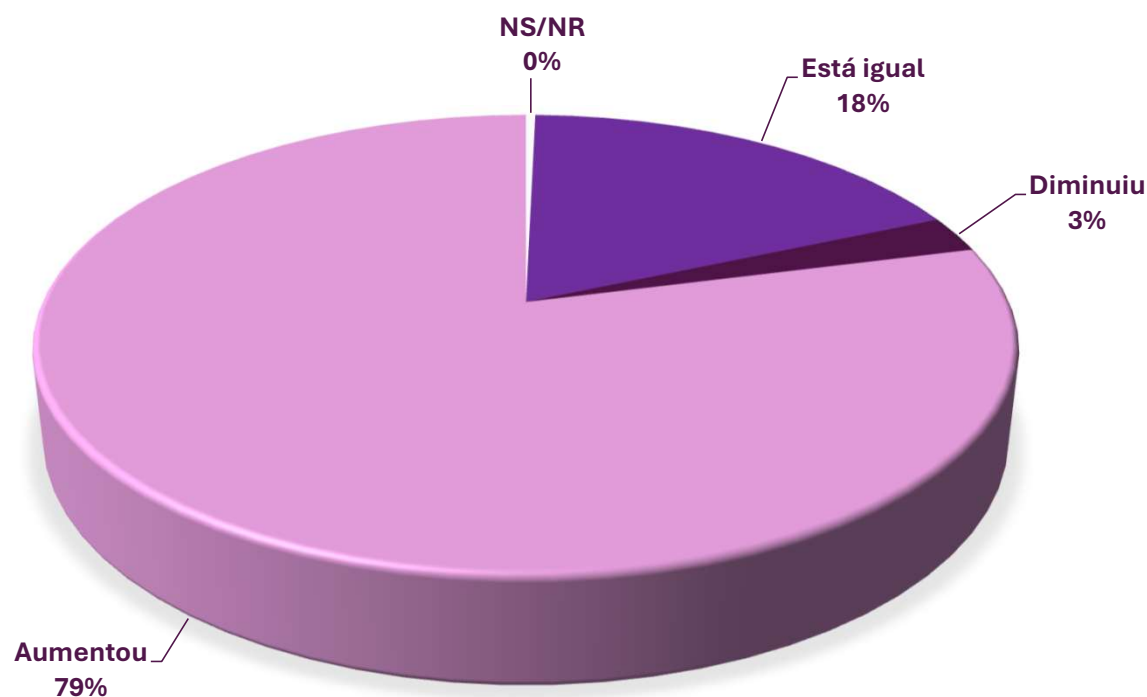
	Até 2 Salários-Mínimos	2 a 3 Salários-Mínimos	3 a 5 Salários-Mínimos	5 a 10 Salários-Mínimos	Mais de 10 Salários-Mínimos
Sim	4,12%	5,26%	7,19%	1,67%	8,33%
Às vezes	33,53%	32,89%	42,48%	40,00%	8,33%
Não	61,76%	60,53%	50,33%	58,33%	83,33%
NS/NR	0,59%	1,32%			
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

As goianienses que recebem mais de 10 salários-mínimos são as que mais consideram as mulheres respeitadas e, ao mesmo tempo, as que percebem maior desrespeito no país.

Junto à renda, o desrespeito para com as mulheres está em relação direta com a sensação de que o Brasil é estruturalmente machista.

Na 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023), 62% das brasileiras consideraram o país muito machista.

**DE UNS ANOS PARA CÁ A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA AS MULHERES NO BRASIL (24 MESES):**



Quase 80% das goianienses percebem que nos últimos anos a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou no Brasil.

Apenas 3% das residentes em Goiânia consideram que os casos de violência contra as mulheres em casa ou na família diminuíram no país.

Tendência observada na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher de 2023 do DataSenado, cuja 74% das brasileiras acreditam que a violência doméstica e familiar aumentou nos últimos 12 meses.

De uns anos para cá a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil (24 meses) – Religião:

	Católica	Evangélica	Outra ou sem religião
Aumentou	77,43%	80,09%	80,00%
Diminuiu	4,87%	0,88%	1,05%
Está igual	17,70%	18,58%	17,89%
NS/NR		0,44%	1,05%
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%

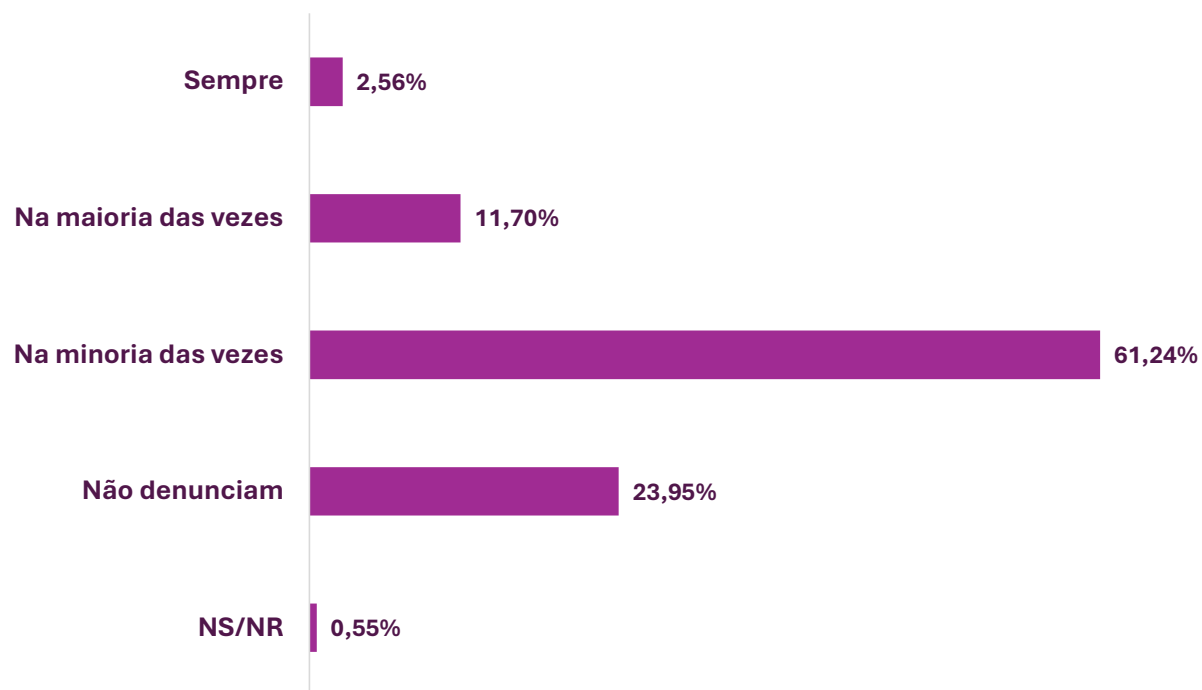
A maioria das mulheres percebe que a violência cresceu, o que pode refletir tanto o aumento real da violência quanto maior conscientização e visibilidade do tema.

Segundo o Atlas da Violência 2025 (Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública), em 2023 os homicídios gerais caíram 2% no país, mas entre as mulheres não houve variação, indicando estagnação ou persistência da violência letal.

As goianienses católicas percebem com mais otimismo do que as evangélicas uma diminuição nos últimos anos da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

2

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E DENÚNCIAS ÀS AUTORIDADES

**AS MULHERES QUE SOFREM AGRESSÃO
DENUNCIAM O FATO ÀS AUTORIDADES?**

Para 85% das goianienses as mulheres na minoria das vezes denunciam ou não fazem a denúncia da violência doméstica e familiar às autoridades.

No país, 84% das brasileiras entendem que as agressões sofridas ou não são ou apenas na minoria das vezes são denunciadas (DataSenado, 2023).

Prevalece o silêncio e a subnotificação, o que se confirma quando no Brasil 61% das mulheres que sofreram violência nos últimos 12 meses dizem não ter notificado a polícia (DataSenado, 2023).

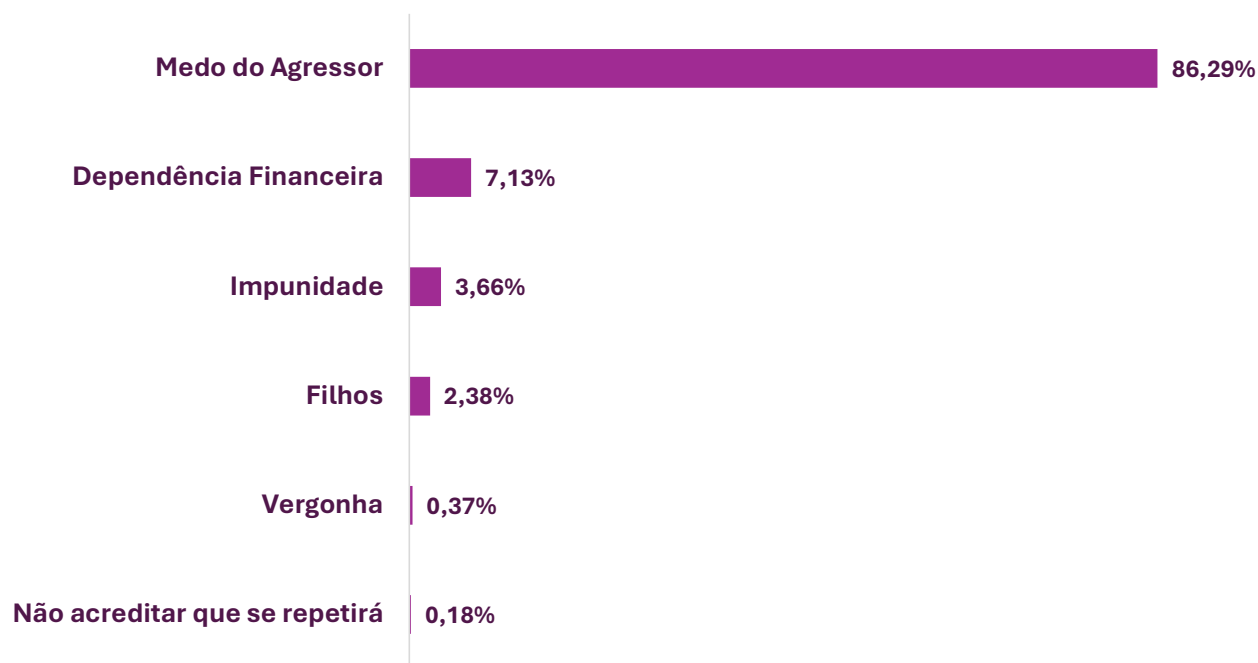
As mulheres que sofrem agressão denunciam o fato às autoridades?
– Regiões da cidade:

	Central-Campinas	Leste	Noroeste	Norte	Oeste	Sudoeste	Sul
Sempre	3,77%	1,37%	2,78%	5,00%	3,39%	1,35%	0,97%
Na maioria das vezes	11,32%	2,74%	15,28%	5,00%	13,56%	16,22%	15,53%
Na minoria das vezes	66,04%	58,90%	63,89%	63,33%	62,71%	48,65%	63,11%
Não denunciam	16,98%	36,99%	18,06%	26,67%	20,34%	32,43%	20,39%
NS/NR	1,89%					1,35%	
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Em proporção significativamente maior do que nas demais áreas regionais de Goiânia, as mulheres residentes nas regiões Leste e Sudoeste consideram que as agressões não são denunciadas às autoridades.

As duas regiões abrangem bairros periféricos na capital goiana, com elevada concentração de famílias mais pobres e a precarização de serviços/estruturas urbanas.

QUAIS AS PRINCIPAIS SITUAÇÕES QUE LEVAM UMA MULHER A NÃO DENUNCIAR A AGRESSÃO?



As goianienses percebem que o medo do agressor é o principal motivo para as mulheres na maioria das vezes não denunciarem a violência doméstica e familiar.

Tendência já sinalizada na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023) – 73% das brasileiras julgam que o medo do agressor é o principal motivo para não denunciar o fato às autoridades.

O temor de represálias é fator determinante, o que demonstra falhas na proteção das vítimas e o potencial de reincidência do agressor.

Quais as principais situações que levam uma mulher a não denunciar a agressão?
 – Faixa etária:

	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Medo do Agressor	91,00%	81,10%	84,55%	88,03%	88,17%
Dependência Financeira	5,00%	11,02%	8,18%	5,13%	5,38%
Impunidade	1,00%	3,15%	4,55%	5,98%	3,23%
Filhos	1,00%	4,72%	2,73%		3,23%
Vergonha	2,00%				
Não acreditar que se repetirá				0,85%	
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

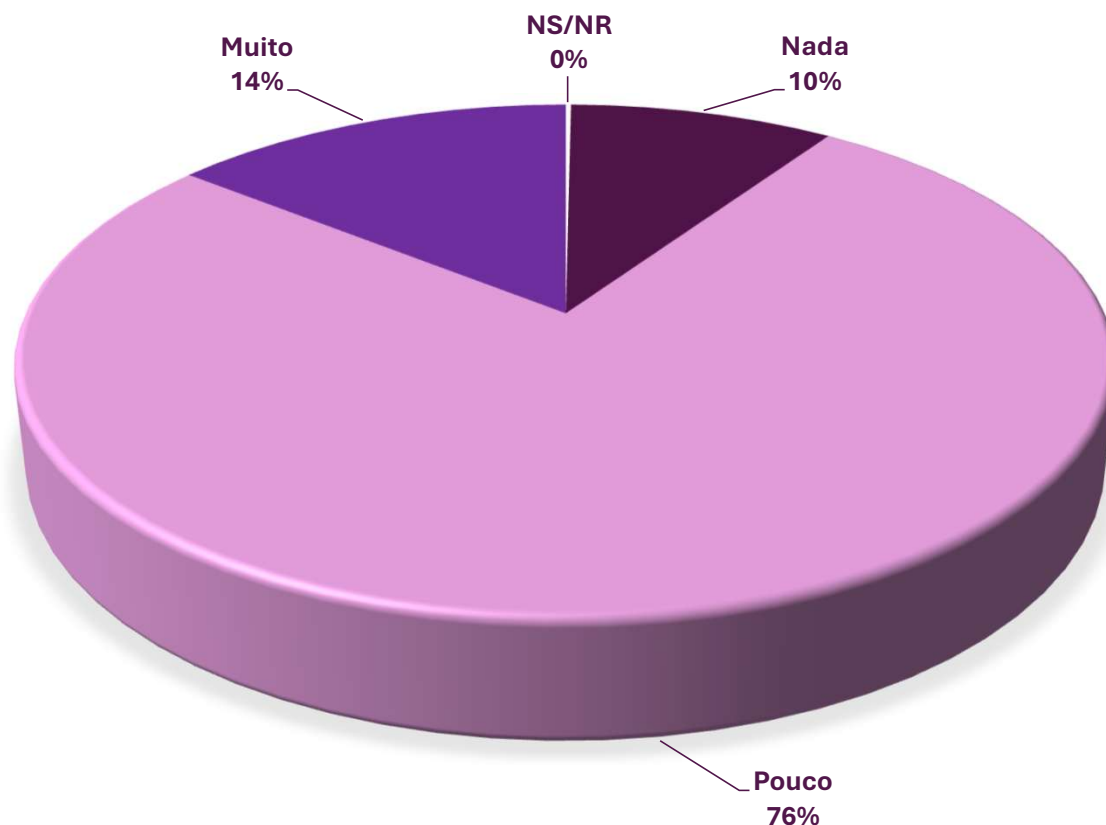
Para as goianienses entre 25 e 44 anos, a dependência financeira pesa mais do que para outras idades como fator que inviabiliza as mulheres denunciarem agressões.

Esse perfil etário tende a se preocupar mais com a dependência financeira do agressor, dentre outros fatores por viver o momento da fase reprodutiva e da criação dos filhos.

3

LEI MARIA DA PENHA: CONHECIMENTO, INFORMAÇÕES E CONFIANÇA

QUANTO VOCÊ CONHECE SOBRE A LEI MARIA DA PENHA?



Um total de 86% das goianienses consideram que conhecem pouco ou nada sobre a Lei Maria da Penha.

Apenas 14% julgam saber muito sobre a legislação que protege as mulheres da violência doméstica e familiar.

O desconhecimento em Goiânia é maior que as médias nacionais, cuja 75% das brasileiras afirmam conhecer pouco ou nada da Lei (DataSenado, 2023).

A criação de campanhas informativas podem ser caminho para maior difusão do conhecimento sobre a legislação no cotidiano das mulheres goianienses.

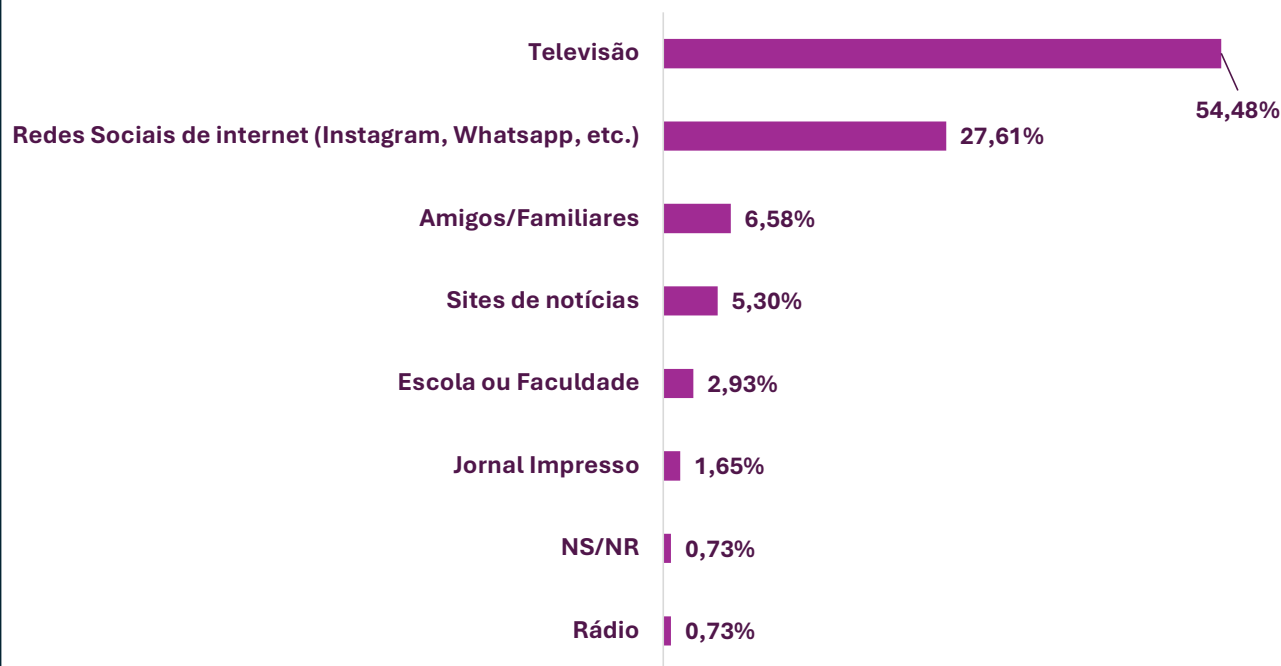
Quanto você conhece sobre a Lei Maria da Penha?
 – *Escolaridade:*

	Não estudou	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação
Muito		7,53%	4,94%	13,61%	11,90%	20,37%	35,09%	28,57%
Pouco	50,00%	86,02%	74,07%	76,87%	82,14%	74,07%	63,16%	66,67%
Nada	50,00%	6,45%	19,75%	9,52%	5,95%	5,56%	1,75%	4,76%
NS/NR			1,23%					
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

As mulheres com mais escolaridade julgam conhecer mais a Lei Maria da Penha do que aquelas menos escolarizadas.

A educação formal amplia o acesso à informação jurídica e aos canais de denúncia, além de facilitar o reconhecimento de abusos e a busca de apoio, já para as mulheres com baixa escolaridade há mais barreiras, de modo que investir em educação também promove a proteção contra a violência de gênero.

COMO OBTEVE INFORMAÇÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA?



Entre as goianienses que ao menos ouviram falar da Lei Maria da Penha, a televisão é o principal meio de informação acessado.

Mais da metade obteve informação via televisão e pouco mais de ¼ por meio de redes sociais de internet.

Tal qual em Goiânia, segundo a pesquisa do DataSenado (2023), mais da metade das mulheres brasileiras admitem que a televisão é o principal meio para obter informações sobre a Lei Maria da Penha.

Como obteve informações sobre a Lei Maria da Penha? – Mães e não mães

Você possui filhos?	Não Mãe	Mãe
Meio informacionais		
Televisão	38,89%	60,05%
Redes Sociais	35,42%	24,81%
Amigos/Familiares	7,64%	6,20%
Sites de notícias	5,56%	5,21%
Escola/Faculdade	6,94%	1,49%
Jornal Impresso	4,17%	0,74%
Rádio	0,69%	0,74%
NS/NR	0,69%	0,74%
Total geral	100,00%	100,00%

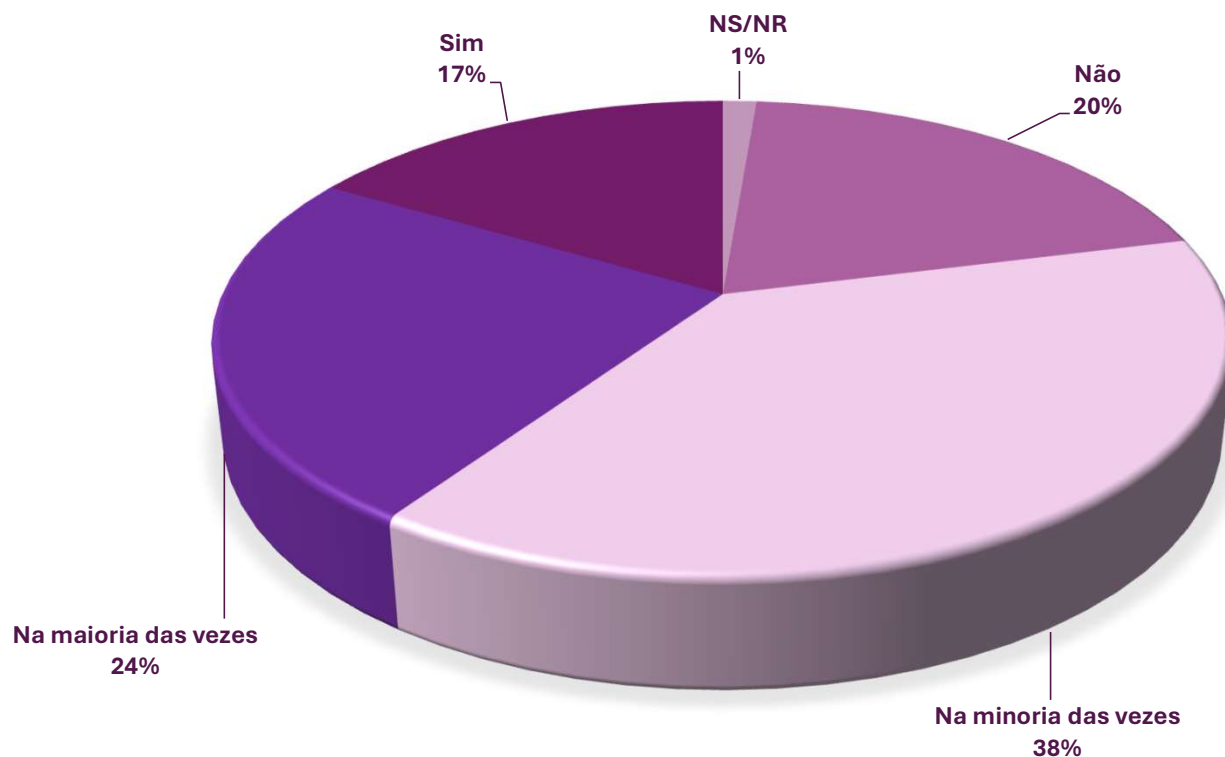
Como obteve informações sobre a Lei Maria da Penha? – Faixa Etária

	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Televisão	47,00%	42,52%	50,91%	58,97%	77,42%
Redes Sociais	39,00%	37,80%	31,82%	20,51%	5,38%
Amigos/Familiares	4,00%	7,87%	6,36%	6,84%	7,53%
Sites de notícias	2,00%	3,94%	6,36%	9,40%	4,30%
Escola/Faculdade	6,00%	4,72%	1,82%	1,71%	
Jornal Impresso	2,00%	3,15%		0,85%	2,15%
Rádio			1,82%	0,85%	1,08%
NS/NR			0,91%	0,85%	2,15%
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Os meios de informação sobre a Lei Maria da Penha relaciona-se muito com o fato da mulher ser ou não mãe e a faixa etária.

Mães e idosas acessam informação sobre a legislação principalmente via televisão, as mulheres não mães e jovens dão maior peso às redes sociais de internet.

A LEI MARIA DA PENHA PROTEGE AS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?



Para 58% das residentes em Goiânia a Lei Maria da Penha não protege ou apenas na minoria das vezes protege as mulheres da violência doméstica e familiar.

As mulheres que confiam na proteção oferecida pela legislação resultam em 41% das residentes em Goiânia.

Ao todo 62% das goianienses consideram que a Lei Maria da Penha protege em parte as mulheres da violência doméstica e familiar.

A Lei Maria da Penha protege as mulheres contra a violência doméstica e familiar? – Cor/Raça:

	Branças	Negras
Sim	14,11%	18,46%
Na maioria das vezes	22,18%	25,50%
Na minoria das vezes	43,15%	34,56%
Não	18,95%	20,47%
NS/NR	1,61%	1,01%
Total geral	100,00%	100,00%

As mulheres negras residentes em Goiânia são mais otimistas do que as mulheres brancas com os mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha.

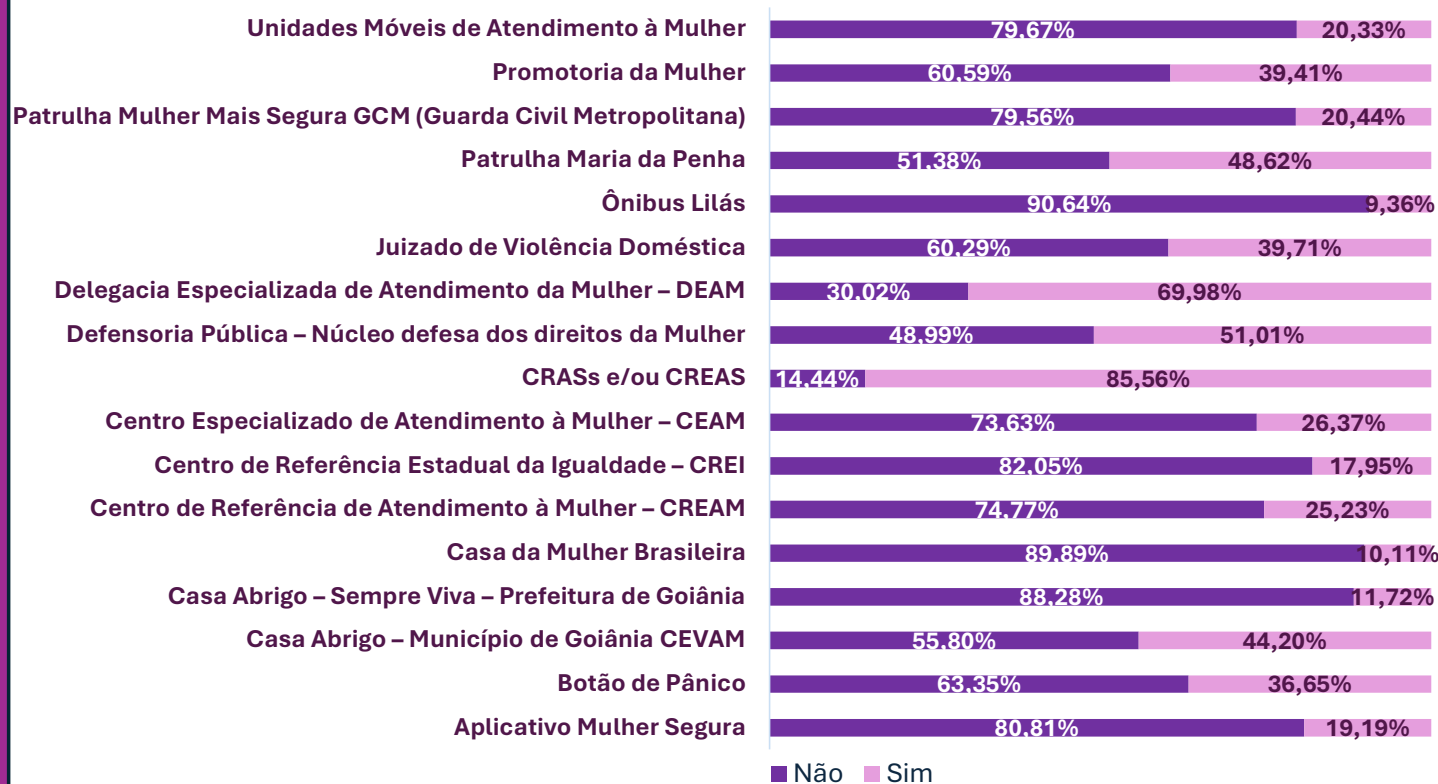
Próximo de 44% das mulheres negras entendem que ao menos na maioria das vezes a Lei protege as mulheres, já 36% das brancas goianienses percebem dessa maneira.

Para 62% das mulheres brancas no máximo na minoria das vezes a Lei protege a mulheres e do mesmo modo avaliam 55% das negras.

4

LEI MARIA DA PENHA: EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E MEDIDA PROTETIVA

QUAIS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO À MULHER CONHECE OU JÁ OUVIU FALAR?

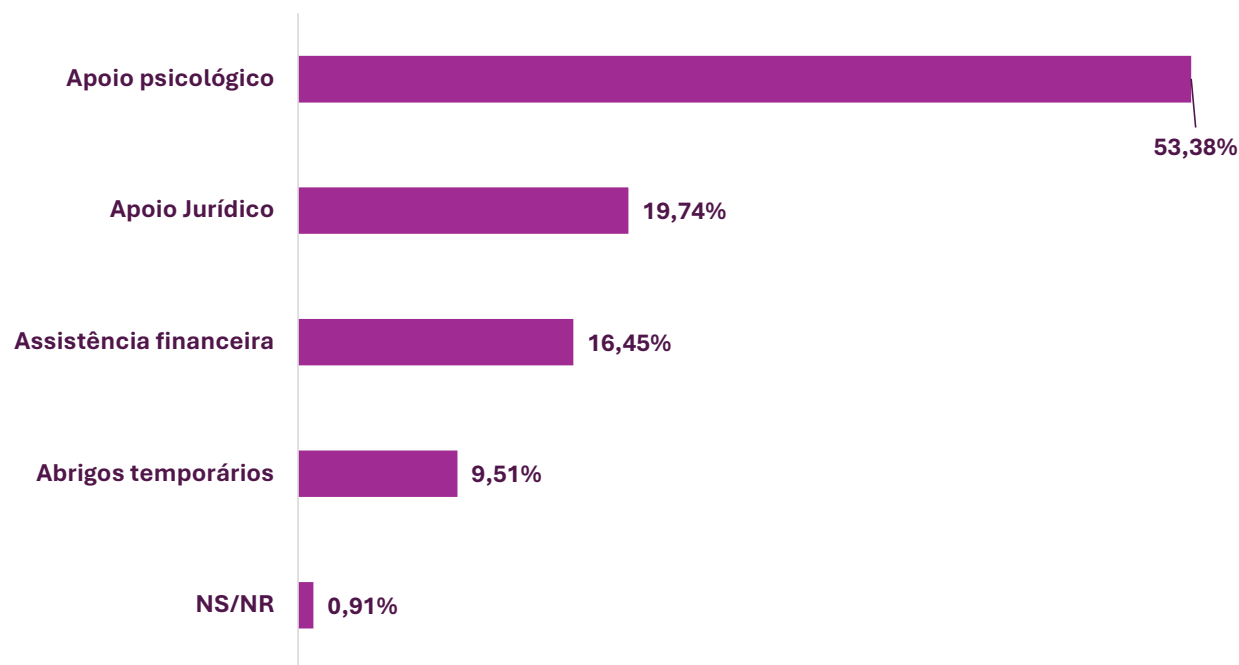


Os equipamentos de operação da Lei Maria da Penha mais conhecidos são o CRAS/CREAS, a Delegacia da Mulher e a Defensoria Pública.

Os menos comentados são o Ônibus Lilás, a Casa da Mulher Brasileira e a Casa Abrigo (Sempre Viva).

A maioria dos equipamentos não são conhecidos pela maior parte das mulheres de Goiânia.

QUAIS SERVIÇOS DE APOIO SÃO MAIS IMPORTANTES PARA AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?



A maioria das goianienses entende que o apoio psicológico é o serviço mais importante para a mulher que sofre violência doméstica e familiar.

Percepção que vai ao encontro dos resultados nacionais, cujas brasileiras apontam também o apoio psicológico como o serviço mais importante para as vitimadas (DataSenado, 2023).

O apoio psicológico é importante inclusive para encorajar a acessar serviços jurídicos, assistência financeira ou abrigos temporários.

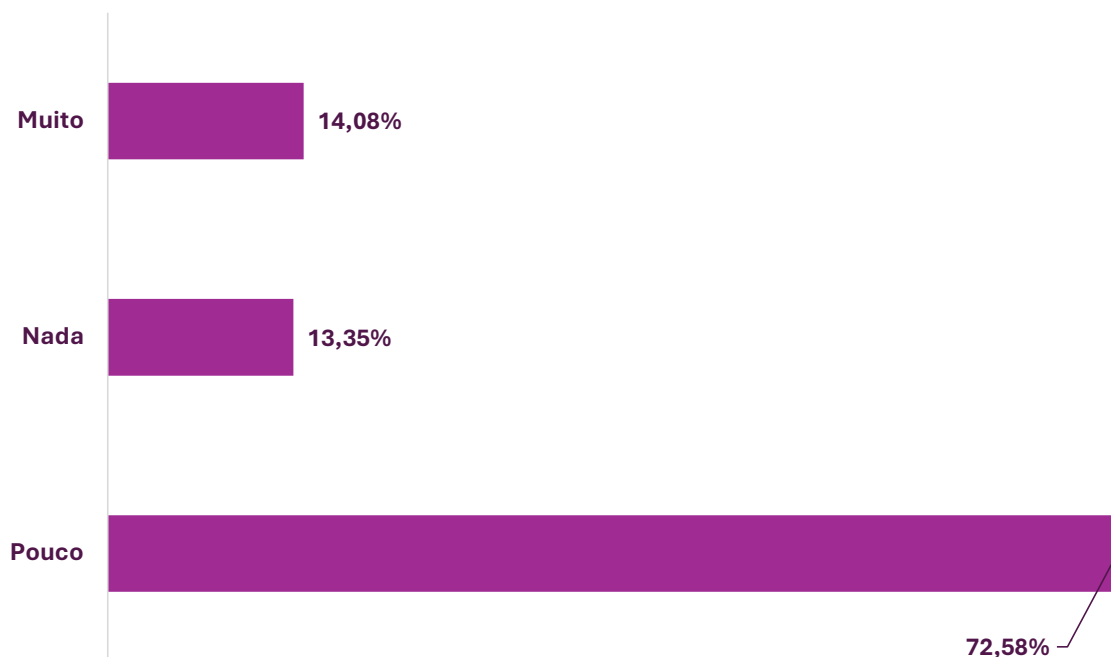
Quais serviços de apoio são mais importantes para as vítimas de violência doméstica?
 – *Religião:*

	Católica	Evangélica	Outra ou sem religião
Apoio psicológico	49,56%	61,06%	44,21%
Apoio jurídico	23,45%	16,37%	18,95%
Assistência financeira	16,81%	12,83%	24,21%
Abrigos temporários	8,41%	9,29%	12,63%
NS/NR	1,76%	0,44%	
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%

Para as mulheres evangélicas o apoio psicológico como serviço associado a operacionalização da Lei Maria da Penha pesa mais do que para as mulheres católicas, de outras religiões ou sem religião.

As católicas apesar de reconhecerem a importância central do apoio psicológico também dão ênfase ao apoio jurídico.

As mulheres de outras religiões ou sem religião também consideram os serviços de apoio psicológico fundamental, mas há relevante preocupação com a assistência financeira.

QUANTO CONHECE SOBRE MEDIDA PROTETIVA?

Considerada uma das principais ações da Lei Maria da Penha, a medida protetiva é pouco ou nada conhecida por 86% das goianienses.

Goiânia está em consonância com o restante do país, como visto na pesquisa do DataSenado (2023), em que apenas 16% das brasileiras afirmaram conhecer muito sobre as medidas protetivas previstas na Lei.

Em contrapartida, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 contabiliza 555 mil medidas protetivas concedidas só em 2024.

O contraste entre o baixo conhecimento e o alto número de concessões revela que muitas mulheres só descobrem a medida protetiva em situação de violência.

Quanto você conhece sobre Medida Protetiva?

– Escolaridade:

	Não estudou	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação
Muito		4,30%	8,64%	13,61%	13,10%	25,93%	26,32%	28,57%
Nada	70,00%	13,98%	20,99%	10,20%	20,24%	5,56%	1,75%	
Pouco	30,00%	81,72%	70,37%	76,19%	66,67%	68,52%	71,93%	71,43%
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Quanto maior a escolaridade mais conhecimento sobre a Medida Protetiva, sobretudo, entre mulheres de 25 a 59 anos.

Quanto você conhece sobre Medida Protetiva?

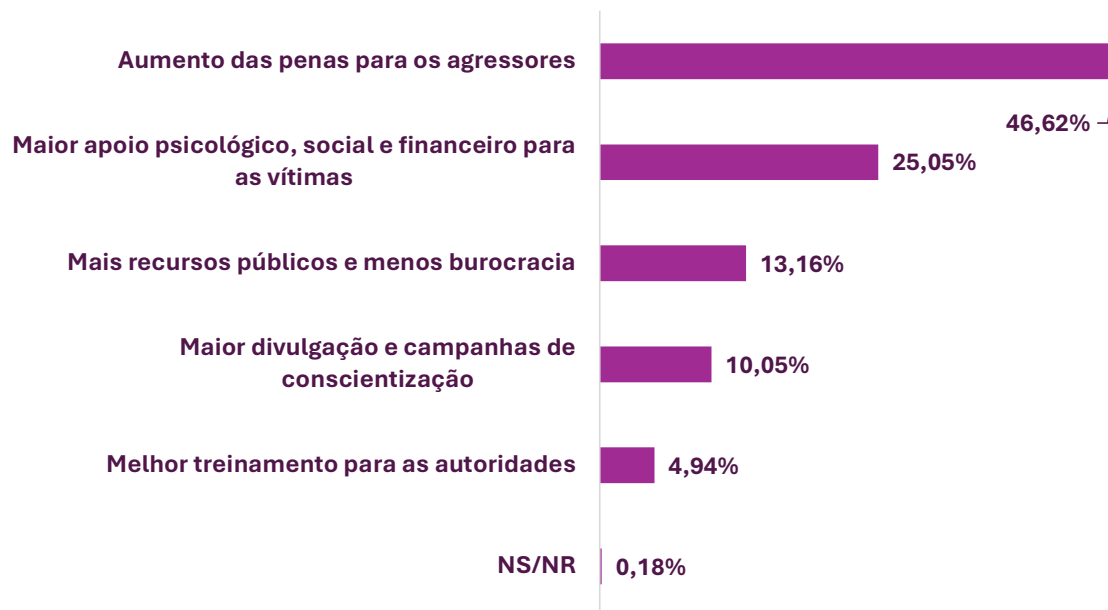
– Faixa etária:

	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Muito	15,00%	21,26%	11,82%	15,38%	4,30%
Nada	8,00%	14,17%	10,91%	11,11%	23,66%
Pouco	77,00%	64,57%	77,27%	73,50%	72,04%
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

5

LEI MARIA DA PENHA: SUGESTÕES E POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO

QUAL MEDIDA DEVERIA SER A PRINCIPAL PARA MELHORAR A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA?



As goianienses percebem que uma maior punição aos agressores é medida principal para melhorar a eficácia da Lei Maria da Penha.

O apoio psicológico, social e financeiro é visto como medida principal por metade das que esperam maior punição.

Recursos públicos, campanhas publicitárias e treinamento de autoridades se somadas não se equiparam ao número de mulheres que esperam punição aos agressores.

Goiânia contrasta com os resultados nacionais, em que divulgação de leis e dos direitos foi considerada mais importante medida para melhorar a eficácia da legislação (DataSenado, 2023).

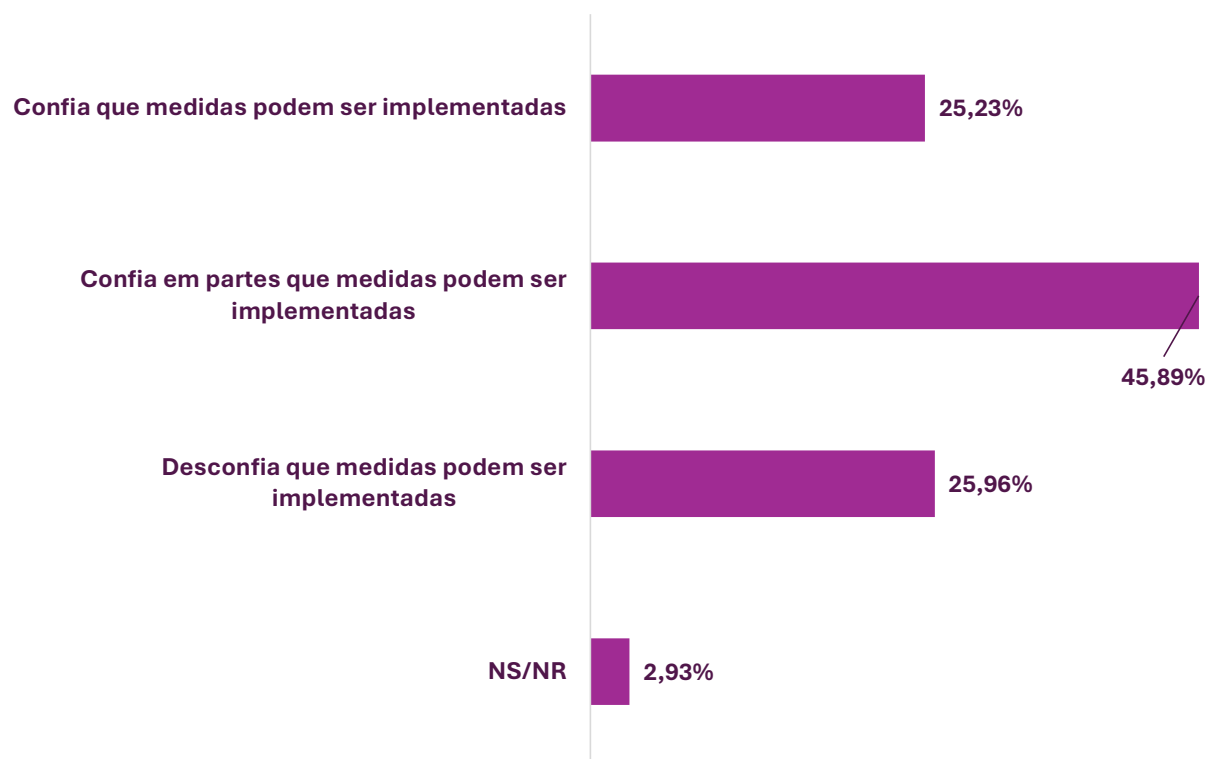
Qual medida deveria ser a principal para melhorar a eficácia da Lei Maria da Penha – Escolaridade:

	Não estudou	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação
Aumento das penas para os agressores	60,00%	53,76%	59,26%	46,94%	53,57%	29,63%	31,58%	14,29%
Maior apoio psicológico, social e financeiro		23,66%	24,69%	23,13%	25,00%	35,19%	26,32%	28,57%
Maior divulgação e campanhas de conscientização	30,00%	9,68%	7,41%	11,56%	5,95%	11,11%	8,77%	19,05%
Mais recursos públicos e menos burocracia	10,00%	7,53%	6,17%	12,93%	13,10%	16,67%	24,56%	28,57%
Melhor treinamento para as autoridades		5,38%	2,47%	4,76%	2,38%	7,41%	8,77%	9,52%
NS/NR				0,68%				
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O punitivismo é mais acentuado entre as mulheres com menor escolaridade.

A preocupação com apoio a vítima e recursos públicos é maior entre as que mais frequentaram a escola.

COM BASE NAS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS POR IMPLEMENTAR A LEI MARIA DA PENHA EM GOIÁS:



Com base nas autoridades responsáveis por implementar a Lei Maria da Penha em Goiás, 25% das goianienses julgam que medidas podem ser criadas e outras 25% desconfiam de eventuais implantações.

As avaliação nos extremos (confiança e desconfiança) contrastam com as 45% de mulheres que dizem confiar em partes nas autoridades goianas.

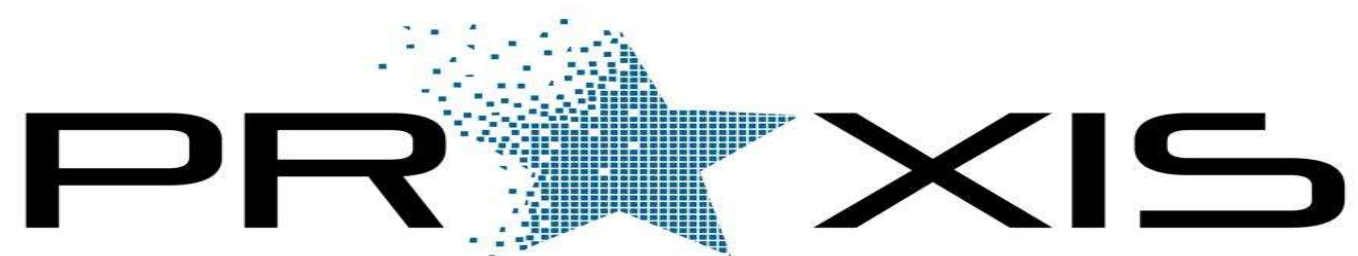
Porcentagem não muito diferente das brasileiras em geral, cuja 53% confiam apenas parcialmente na implantação de ações por autoridades competentes.

Reconhece-se os esforços, mas também as falhas na atuação de autoridades.

Com base nas autoridades responsáveis por implementar a Lei Maria da Penha em Goiás – Renda familiar mensal:

	Até 2 Salários- Mínimos	2 a 3 Salários- Mínimos	3 a 5 Salários- Mínimos	5 a 10 Salários- Mínimos	Mais de 10 Salários- Mínimos
Confia que medidas podem ser implementadas	24,12%	23,68%	30,72%	21,67%	8,33%
Confia em partes que medidas podem ser implementadas	41,18%	50,66%	43,14%	56,67%	33,33%
Desconfia que medidas podem ser implementadas	31,18%	23,03%	22,88%	21,67%	50,00%
NS/NR	3,53%	2,63%	3,27%		8,33%
Total geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Mulheres com renda familiar mais baixa e mais alta apresentam maior desconfiança de que medidas podem ser implementadas por autoridades locais, já aquelas de estratos médios são mais otimistas com eventuais ações públicas.



SOLUÇÕES EM MARKETING DIGITAL

